

O'Donnell prevê o retrocesso

PAOLA GENTILE

Detectando sérias regressões no processo de transição democrática no Brasil, o cientista político Guillermo O'Donnell diz que não vê condições de mudanças: o ceticismo da população em relação à política e à democracia, o claro avanço dos militares, a crescente fragmentação e colonização do Estado

atendendo a interesses particulares, e a continuidade dos mesmos atores políticos no poder, tudo isso poderá abrir as portas para diversas formas de regressão autoritária. Para "desviar esse trem que foi lançado a toda velocidade ao precipício", O'Donnell, pesquisador do Cebrap, em São Paulo, e diretor do Kellogg Institute for International Studies, de Notre Dame, Indiana, nos Es-

tados Unidos, propõe um amplo debate nacional, capaz de traçar os horizontes de uma nova convivência política e social. Juntamente com o cientista Fábio Wanderly Reis, organizou o livro **A Democracia no Brasil — Dilema e Perspectivas**, que visa a contribuir para essa discussão. Aqui, algumas de suas idéias sobre o momento político brasileiro.

“A Constituinte é uma esperança falida”

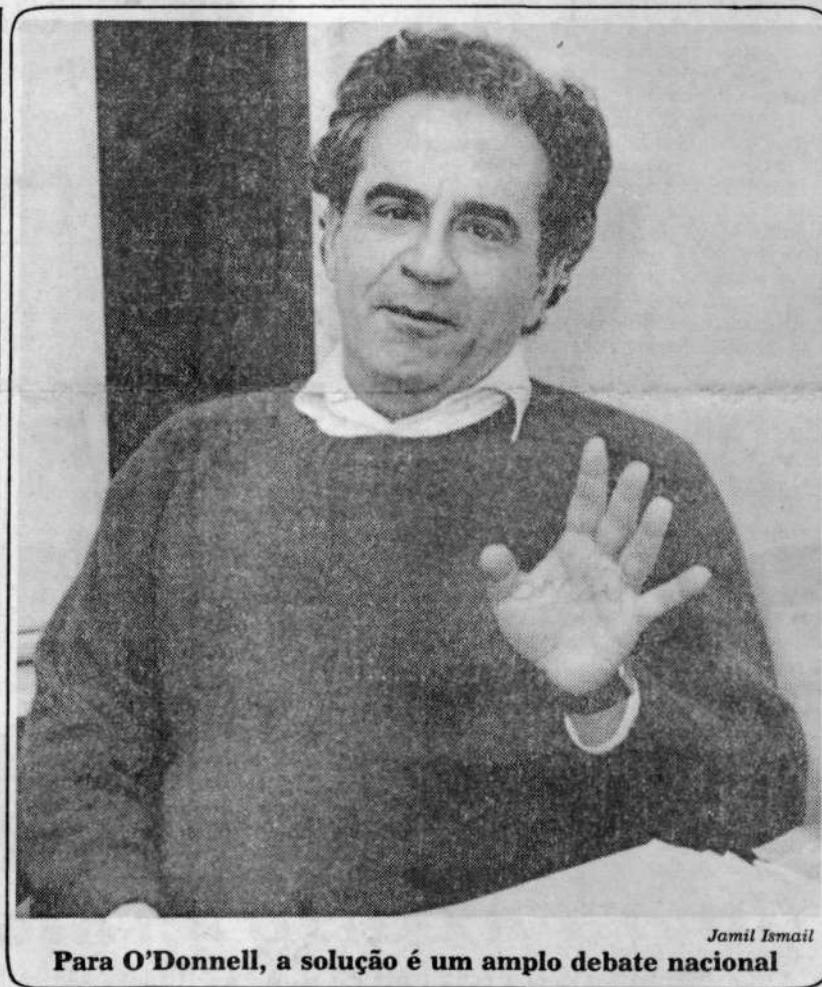
Qual o risco que o Brasil corre de voltar a viver uma situação de autoritarismo militar, por não ter resolvido o vício do clientelismo da classe política?

A transição de um governo democrático para um regime democrático de fato, no Brasil, vai ser mais longo e difícil do que todos nós imaginamos. Temos, em todas as esferas, governos mais centralizados, onde as decisões não são transparentes e os critérios pessoais e personalistas, que deveriam ocupar um lugar mínimo ou nulo em relação a interesses mais gerais, ainda são a tônica da prática política no País. Isso abre espaço para que forças organizadas, especialmente as Forças Armadas, reocupem lugares no poder. O Brasil tem o governo civil mais militarizado que eu conheço, não só em termos de atribuições formais, mas também no direito que os militares sentem de intervir diretamente nas decisões de questões que são claramente civis. Também a classe política e a sociedade em geral escutam com atenção e até com certo temor as manifestações dos militares.

Isso traz uma situação política predominantemente arcaica e patrimonialista, que dá votos e poder, mas não dá sustento político. Esse tipo de jogo político pode ser perverso e se sustenta muitas vezes no fantasma das Forças Armadas.

Quais as principais barreiras que o País tem enfrentado que estão atrasando e dificultando essa transição?

O Brasil tem pelo menos duas continuidades que são muito marcantes. Primeiro, a continuidade já mencionada do poder militar, e a outra menos evidente mas não menos importante, que é a continuidade dos chamados notáveis civis do regime militar dentro do novo governo. Esses dois fatos têm consequências gravíssimas. Uma delas é que o estilo de fazer política desse pessoal e suas ligações, de 15 ou 20 anos, tem feito prevalecer o tipo patrimonialista e prebendista, o que é incompatível com a prática demo-



Jamil Ismail

Para O'Donnell, a solução é um amplo debate nacional

crática. Além dessa crescente militarização, assistimos a esse espetáculo da impotente onipotência do Estado, que determina normas e procedimentos mas que, na verdade, não consegue implementar quase nada. É o crescente desprestígio do Estado e do sistema político pre-democrático.

Então corremos sério risco de não avançarmos mais na transição democrática?

Além do risco da militarização do Estado, que classificamos como morte lenta da democracia, em que as forças organizadas vão aos poucos influenciando as decisões e a sociedade, temos, por outro lado, o fantasma permanente da candidatura populista, que, aproveitando-se do aspecto de alienação da população, poderia conseguir triunfos eleitorais, percebidos como fortemente ameaçadores por boa parte

dos progressistas e de todas as forças organizadas da sociedade.

As eleições presidenciais no próximo ano, então, pouco significariam para a transição democrática?

Se as candidaturas forem de Jânio Quadros e Leonel Brizola, o prognóstico seria de uma terapia intensiva. O Jânio é a própria encarnação histórica da negação prática da visão republicana, mais atrasado e autoritário, mas o seu estilo poderia ter apoio de algumas forças organizadas. Já o Brizola, certamente, como todo populista, não tem nenhum interesse em visualizar as dimensões necessárias para a consolidação da democracia. É absolutamente necessário que o Brasil seja capaz de gerar candidatos que rompam com o já existente.

Qual seria, então, a opção que o País teria para frear esse processo de morte lenta?

Seria de fato um grande debate/diálogo que tentasse recolocar os parâmetros gerais. Não centrar em discussões utópicas, mas debater sobre o tipo de relação entre sociedade e Estado, política e cidadãos, enfim, redesenhar o horizonte em torno do qual diversas forças sociais e políticas poderiam concordar. Seria a maneira de puxar a alavanca que desviaria esse trem lançado a toda velocidade ao precipício.

A Constituinte não seria o local ideal para esse amplo debate?

Esta é uma das esperanças falidas. A Constituinte nada mais está sendo do que um ponto de passagem de diversos interesses. É uma posição muito subordinada a interesses do Executivo. O ideal não seria o famoso pacto social, em que pessoas se sentam num palácio e assinam um documento. Em todos os casos de consolidação democrática que temos estudado, sempre aparece um presidente ou primeiro-ministro que conduz o debate nacional, com autoridade pessoal, mas com vocação e ambição pessoais centradas no fato de serem os condutores de um novo regime político. É por esse fato que querem ser lembrados.